

SLC Jaborandi S.A.

CNPJ nº 63.807.058/0001-61

Relatório da Administração

A Administração da SLC Jaborandi S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao período compreendido desde sua constituição, em 25 de novembro de 2025, até a data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa de bens imóveis rurais de sua propriedade, inclusive por meio de arrendamento ou parceria rural, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A estrutura societária da Companhia é composta pela participação de 50% da SLC Agrícola S.A. e 50% do Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Ltda., refletindo um modelo de investimento voltado à exploração eficiente de ativos agrícolas. O modelo de negócios da Companhia está baseado na exploração econômica de imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Nesse contexto, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com sua controladora, SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia tem direito a uma participação na produção agrícola por ano-safra, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando o estágio inicial das operações e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra em andamento. Dessa forma, a Companhia ainda não reconhece receitas no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados. A Companhia encontra-se em fase inicial de operação, com estrutura estabelecida e preparada para o início de suas atividades operacionais.

Balanco patrimonial - Em 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.009
Adiantamento a fornecedores	5	74.250
Outros créditos		1
Total do ativo circulante		76.260
Não circulante		
Imobilizado	6	183.063
Total do ativo não circulante		183.063
Total do ativo		259.323

	Nota	31/12/2025
Passivo		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	11.683
Total do passivo não circulante		11.683
Patrimônio líquido		
Capital social	8.a	164.132
Reserva de capital	8.b	60.830
Ajustes de avaliação patrimonial	8.c	22.678
Total do patrimônio líquido		247.640
Total do passivo e do patrimônio líquido		259.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 25 de novembro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a SLC Jaborandi S.A., a seguir denominada como "SLC Jaborandi" ou "Companhia" tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa, sob qualquer forma, inclusive arrendamento ou parceria rural, de bens móveis rurais de sua propriedade, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A Companhia desenvolve sua atividade por meio da exploração econômica de imóveis rurais, mediante contratos de parceria rural, auferindo participação na produção como contraprestação pela cessão onerosa do uso da área e das benfeitorias, sendo a participação da SLC Agrícola S.A. de 50% e de 50% da Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBCFG"). Estas demonstrações financeiras apresentam o período, abrangendo o intervalo desde a data de sua constituição, em 25 de novembro de 2025, até 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2026. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. c) **Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. d) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas Natureza

6	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
7	Imposto de renda e contribuição social diferidos
9	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todo o período apresentado nessa demonstração financeira e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo: a) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia elaborou demonstrações dos fluxos de caixa nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. b) **Redução ao valor recuperável:** *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A Companhia considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O CPC 48, exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais. *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. c) **Receita operacional líquida:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua controladora SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos pela SLC Agrícola S.A., ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve

colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. d) **Normas novas ou revisadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 revogou o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio; • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1); • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Controladora do grupo encontra-se conduzindo o processo de avaliação e implementação dessas normas, incluindo a análise dos impactos esperados nas demonstrações financeiras consolidadas. Até a presente data, não é possível mensurar com precisão os efeitos potenciais da adoção, mas a administração entende que haverá necessidade de ajustes nos processos internos de coleta de informações e na forma de divulgação. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações nos CPC 48 e CPC 40).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Composição

	Rendimentos	31/12/2025
Disponibilidades em R\$	-	2.009
Caixa e equivalentes de caixa		2.009

5. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Política Contábil: Os adiantamentos a fornecedores correspondem a valores pagos antecipadamente a terceiros pela aquisição de bens e/ou serviços ainda não entregues ou prestados. Esses valores são reconhecidos no ativo circulante e apropriados ao resultado ou reclassificados para o respectivo grupo de ativos ou despesas no momento do recebimento do bem, da prestação do serviço ou da emissão da nota fiscal correspondente, em conformidade com o regime de competência. A Companhia mantém controles internos para acompanhamento, conciliação e regularização dos saldos de adiantamentos, de modo a assegurar sua adequada classificação e liquidação contábil.

Composição

	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores - Aquisição de bens	74.250
Total	74.250

Em 31 de dezembro de 2025, os adiantamentos a fornecedores totalizavam R\$ 74.250 referentes a pagamentos antecipados realizados à controladora SLC Agrícola S.A., no âmbito de operação de aquisição de bens relacionados a sistemas de irrigação, formalizada contratualmente, com previsão de entrega em abril de 2026 dos referidos bens e compensação do valor adiantado com o fornecimento acordado.

6. PARTES RELACIONADAS

A partir da safra 2025/26, a Companhia passou a manter relação contratual com sua controladora, SLC Agrícola S.A., por meio de contratos de parceria rural. Nos termos desses contratos, a SLC Agrícola S.A. é responsável pela execução das atividades operacionais de plantio, cultivo e colheita nas áreas objeto da parceria, cabendo à Companhia, como contraprestação pelo uso dessas áreas, o direito a uma parcela da produção agrícola obtida. Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de prestação de serviços administrativos com a SLC Agrícola S.A., pelo qual é devida uma taxa de serviços no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hectare cultivável, com vencimento em 15 de junho de cada ano, reajustada anualmente em 1º de setembro, com base na variação acumulada do IPCA do exercício anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as relações com partes relacionadas decorreram exclusivamente dos contratos de parceria rural e do contrato de prestação de serviços administrativos, não havendo saldos ao final do exercício, além daqueles inerentes à dinâmica operacional e contratual. **Remuneração:** A Companhia não possui política de remuneração para os administradores, não tendo sido reconhecida qualquer despesa a esse título no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

7. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Os ativos utilizados na exploração rural da Companhia estão classificados no ativo imobilizado, em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, por estarem vinculados à sua atividade operacional. A exploração das áreas ocorre por meio de contratos de parceria rural, nos quais a Companhia auferir remuneração mediante participação na produção agrícola. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	20,00%	5 anos
Prédios e benfeitorias	3,33%	30 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	10,00%	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente

Demonstração do resultado - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2025
Receita operacional líquida		-
Custo dos produtos vendidos		-
Resultado bruto		-
Receitas (despesas) operacionais		-
Despesas com vendas		-
Despesas gerais e administrativas		-
Outras receitas operacionais		-
Outras despesas operacionais		-

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	-
Despesas financeiras	-

Resultado financeiro

Resultado antes dos impostos

Imposto de renda e contribuição social	-
Corrente	-
Diferido	-

Lucro líquido do período

Resultado por ação (básico e diluído) em R\$

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	-
---	---

Demonstração do resultado abrangente - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	31/12/2025
Lucro líquido do período	-
Resultado abrangente do período:	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Capital constituído	10	-	-	10
Aumento de capital	164.122	60.830	-	224.952
Custo atribuído ativo imobilizado	-	-	34.361	34.361
Tributos sobre custo atribuído ativo imobilizado	-	-	(11.683)	(11.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	164.132	60.830	22.678	247.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		-
Lucro antes dos impostos		-
Varição nos Ativos e Passivos:		-
Outros créditos		(1)
Adiantamento a fornecedores		(74.250)
Fluxo de caixa aplicado às atividades operacionais		(74.251)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		76.260
Integralização de capital		76.260
Fluxo de caixa gerados nas atividades de financiamentos		76.260
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.009
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período		2.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Lucro antes dos impostos	-
Varição nos Ativos e Passivos:	-
Outros créditos	(1)
Adiantamento a fornecedores	(74.250)
Fluxo de caixa aplicado às atividades operacionais	(74.251)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	76.260
Integralização de capital	76.260
Fluxo de caixa gerados nas atividades de financiamentos	76.260
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.009
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período	2.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obterá com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Composição:** a) **Composição do ativo imobilizado:** Em 31 de dezembro 2025 a composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	31/12/2025
Terras de cultura	51.718
Correção e desenvolvimento do solo	32.907
Prédios e benfeitorias	43.513
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	54.925
Total	183.063

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Adições ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2025
Custo do imobilizado bruto		
Terras de cultura	51.718	51.718
Correção e desenvolvimento do solo	32.907	32.907
Prédios e benfeitorias	43.513	43.513
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	54.925	54.925
Total	183.063	183.063

⁽¹⁾ Adições realizadas através de integralização de capital (vide nota 10.a).

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política Contábil: *Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Composição:** Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

	31/12/2025	
--	------------	--